

Audiência Pública

“VALORIZAÇÃO DOS AGENTES DE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE”



Realização: *Comissão de Constituição e Justiça*

Proponente: *Deputado Robinson Almeida*

17 de junho de 2026

Salvador – BA

Assembleia Legislativa do Estado da Bahia – 20ª Legislatura

Dep. Ivana Bastos (PSD) - Presidente

Comissão de Constituição e Justiça

Titulares

Dep. Robinson Almeida (PT) – Presidente

Dep. Luciano Ribeiro (UNIÃO) – Vice-presidente

Dep. Euclides Fernandes (PT)

Dep. Felipe Duarte (AVANTE)

Dep. Hassan (PP)

Dep. Neusa Cadore (PT)

Dep. Sandro Régis (UNIÃO)

Dep. Vitor Bonfim (PSB)

Suplentes

Dep. Jurailton Santos (Republicanos)

Dep. Matheus Ferreira (MDB)

Dep. Tiago Correia (PSDB)

Dep. Vitor Azevedo (AVANTE)

Relatório produzido pela Secretaria-Geral das Comissões (SGC)

Secretário-Geral das Comissões – Jacó Lula da Silva

Técnico/a relator/a – Valéria Silva

Revisão – Reinofy Duarte

Sumário

Audiência Pública

– Apresentação.....	4
– Composição da Mesa.....	4
– Presenças registradas.....	4
– Abertura.....	5
– Pronunciamentos.....	7
– Plenária.....	14
– Considerações finais.....	20
– Encaminhamentos.....	21
Anexo I – Galeria de fotos.....	24
Anexo II – Link para vídeo da audiência pública.....	25

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Apresentação

A presente audiência pública, proposta pelo Sr. Deputado Robinson Almeida, presidente da CCJ, teve como objetivo o reconhecimento e valorização dos agentes de proteção no estado da Bahia, proporcionando melhores condições para o desempenho das suas atividades.

Composição da Mesa

Deputado Robinson Almeida – Presidente da Comissão e Proponente

Walter Ribeiro Costa Junior – Juiz da 1ª Vara da Infância e da Adolescência

Nilton Roberto Martins Cabral Guimarães – Diretor de Pesquisas Socioeconômicas da Secretaria da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – Agerba

Gabriel Barros Gomes – Diretor Adjunto da Delegacia do Adolescente Infrator – DAI

Fred Saraiva – Coordenador dos Agentes da Capital e do Interior

Samuel Nonato – Presidente da Associação de Valorização dos Agentes de Proteção

Gilson Prata – Representando o Corregedor Emílio Salomão

Sara Cristina Souza – Agente de Proteção do Município de Lauro de Freitas

Presenças registradas

Deputada Estadual Fátima Nunes; Adailton Agra; Lindinalva

Santos; Elias Almeida; Jorge Luiz; Welington; Renato Matos

Dr. Rodrigo Uzeda; José Adolfo; Moisés Santos; Alan Silva Santos

Abertura

Deputado Robinson Almeida – Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Proponente

O Sr. Deputado Robinson Almeida deu as boas-vindas aos presentes, destacou o papel da Casa Legislativa em abrigar e acolher o povo em suas diversas expressões e segmentos sociais. Informou que a audiência pública foi promovida a pedido de uma comissão de agentes de proteção da infância e juventude, que relataram a situação da categoria. Abraçou a sugestão de promover a audiência, reconhecendo a importância da atividade desses homens e mulheres na sociedade, seus direitos, deveres e a necessidade de escuta do poder público (Judiciário, Executivo e Legislativo). Destacou que o objetivo da reunião é permitir que todos possam falar, expressar, sugerir e opinar, para que um relatório seja produzido e encaminhado às diversas esferas de competência, visando a avaliação, análise e eventual atendimento das demandas. Em seguida, o Deputado compôs a Mesa de trabalho, e fez um testemunho sobre a militância e persistência de Fred Saraiva na organização da audiência. Solicitou a inclusão de uma mulher à Mesa, Sara Cristina, e lamentou a composição majoritariamente masculina do plenário, ressaltando a importância das mulheres na questão do cuidado e proteção.

Contextualizou a discussão, lendo um texto em que descreveu os agentes de proteção da infância e juventude como um importante instrumento de apoio ao sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, atuando junto às varas da infância e juventude do Poder Judiciário, com base no ECA; essa atuação representa um elo entre o Judiciário, conselhos tutelares, órgãos de assistência social, rede educacional, serviços de saúde e sociedade civil, fortalecendo a política pública de proteção; na Bahia, esses profissionais fiscalizam, orientam, previnem e

protegem, colaborando com magistrados para prevenir violações de direitos, combater negligência, exploração, violência e trabalho infantil. O texto também abordou os desafios estruturais, como a atuação sem vínculo funcional e remuneração, o que limita a disponibilidade e ampliação das ações. Destacou o aumento de casos de violência, evasão escolar, exploração infantil e exposição a drogas, exigindo maior presença dos agentes. Detalhou que a complexidade das ocorrências exige formação continuada e fortalecimento das condições de trabalho, incluindo equipamentos, identificação funcional, apoio logístico, transporte e integração tecnológica. Concluiu que os desafios evidenciam a necessidade de maior atenção do poder público para a valorização, capacitação e fortalecimento desses agentes.

PRONUNCIAMENTOS

Dr. Walter Ribeiro Costa Júnior - Juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude de Salvador

Saudou a Assembleia Legislativa e o Sr. Deputado Robson Almeida, agradecendo a oportunidade da audiência pública. Ressaltou a necessidade histórica de valorizar a mulher, dada a privação de seus direitos ao longo da história. Com 29 anos de dedicação exclusiva à infância e juventude no estado, testemunhou a importância dos agentes de proteção, especialmente Fred Saraiva, a quem estendeu seu reconhecimento. Destacou que os agentes são a voz daqueles que não têm condição de se expressar, como as vítimas de abuso sexual, que representam cerca de 15 audiências semanais na 1ª Vara da Infância e Juventude. Afirmou que nunca viu tanta incidência de abuso sexual na capital baiana e que são os agentes, que moram nas comunidades, que trazem essas informações ao conhecimento do Judiciário, pois a sexualidade ainda é um tabu. Mencionou também as dificuldades de cumprimento de determinações judiciais em territórios controlados por comandos criminosos, onde os agentes arriscam suas vidas e as de suas famílias para garantir a proteção integral. Embora não tenha competência para deliberações sobre benefícios, que cabem à Mesa Diretora do Tribunal de Justiça, assegurou que a valorização dos agentes é de fundamental importância. Expressou preocupação de que, se a valorização não ocorrer agora, talvez não haja solução para os problemas enfrentados pela infância e juventude. Considerou a audiência um momento oportuno e áureo, que ficará registrado na história da Bahia, na busca pela efetividade do direito de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso sexual e cooptação pelo tráfico de drogas. Colocou-se à disposição para esclarecimentos dentro de sua competência, reafirmando

sua postura reservada, mas sempre atento às comunidades e aos agentes de proteção, reconhecendo seu valor e a necessidade de sua valorização.

Samuel Nonato - Presidente da Associação de Valorização dos Agentes de Proteção

Lamentou a ausência da presidência do Tribunal de Justiça da Bahia. Pediu uma salva de palmas para os agentes presentes, destacando que vieram por esforço próprio, em pleno recesso, buscando afirmação e valorização da classe. Mencionou a recente votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na Assembleia, que incluiu grandes obras, e lembrou que o Tribunal de Justiça também possui seu orçamento (6% da receita líquida do estado), dividido em pessoal e custeio. Ressaltou que a discussão não é sobre privilégios, mas sobre a proteção da criança e do adolescente. Citou o discurso do Presidente do Tribunal sobre aproximar o Judiciário do povo, afirmando que empoderar os agentes de proteção, que atuam voluntariamente nas ruas, é uma forma de alcançar esse objetivo. Os agentes são a longa manus e o braço do juiz. Expressou preocupação com a mobilidade dos agentes, reivindicando gratuidade no metrô, ferry e na futura Ponte Salvador-Itaparica. Mencionou a dificuldade dos agentes em chegar ao posto do juizado na rodoviária. Saudou os conselheiros tutelares presentes como parceiros. Informou que, ao final da audiência, seria entregue um memorial de reivindicações à categoria, com eixos direcionados ao Poder Judiciário e à Assembleia Legislativa. Propôs a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para debater e dialogar com os três poderes, a fim de evitar que a audiência fosse apenas mais um evento sem resultados concretos. Mencionou a necessidade de retirar o termo "voluntário" da identificação dos agentes, pois ele desvaloriza o trabalho e a autoridade deles em campo. Citou um decreto executivo

(23402/73) que poderia já garantir o passe livre e a existência de convênios que concedem passe livre a oficiais de justiça, sugerindo que algo similar poderia ser feito para os agentes. Destacou que o Tribunal de Justiça possui uma fonte de custeio (fonte 121) que poderia ser utilizada para contemplar os agentes.

Fred Saraiva - Coordenador dos Agentes da Capital e do Interior

Expressou sua satisfação com a realização da audiência pública, fruto de mais de três anos de luta. Questionou o que aconteceria após a audiência, enfatizando a necessidade de resultados concretos. Solicitou ao Sr. Deputado Robinson Almeida a apresentação de emendas para a categoria, a exclusão urgente da palavra "voluntário" da identificação dos agentes, o retorno do tíquete-refeição e a distribuição de coletes de proteção, comparando a situação dos agentes, que arriscam suas vidas, com a de policiais e jornalistas que utilizam coletes. Agradeceu a presença do Dr. Walter Ribeiro, a quem se referiu como "guerreiro" dos agentes, e ao Deputado Robson Almeida, por ter acolhido o pedido da audiência. Reforçou a importância do tíquete-refeição, mencionando que os agentes não podem mais fazer plantões de 12 ou 6 horas contando apenas com café e água. Descreveu a situação "absurda" dos agentes, especialmente no interior, onde muitos prefeitos oferecem ajuda de custo, mas há falta de carteiras e documentos de trabalho. Enfatizou a necessidade de união da categoria e de ter um representante na casa legislativa.

Sara Cristina – Agente de Proteção do Município de Lauro de Freitas

Relatou as grandes dificuldades enfrentadas em Lauro de Freitas, especialmente a falta de reconhecimento da credencial pelos transportes

públicos, o que leva motoristas a mandar agentes descerem dos veículos. Mencionou que os agentes dependem de "carona solidária" para se deslocar. Enfatizou que a categoria busca reconhecimento, não dinheiro, e que não podem ser apenas submissos. Destacou a liderança de Fred na organização da audiência. Lamentou a ausência de outros deputados. Compartilhou sua longa trajetória como agente de proteção desde 1995/96, sua formação em Direito e como mediadora judicial, e sua experiência em comunidades perigosas, como as comunidades do Pé Preto, em Portão, Itinga e Vida Nova, onde facções criminosas atuam. Descreveu os riscos de entrar nessas áreas e a crescente violência contra crianças e mulheres, além do recrutamento de jovens pelo tráfico. Relatou um incidente em que, ao tentar entregar uma intimação, foi confundida com a polícia devido à presença de câmeras e marginais no local. Pediu ajuda ao juiz Dr. Walter e à Agerba para que os agentes tenham um olhar mais forte e acesso facilitado ao transporte para cumprir suas funções.

Dr. Gilson Prata - Representando o Corregedor Emílio Salomão

Saudou a Mesa e os presentes. Compartilhou sua experiência de 44 anos como delegado de polícia, aposentado em março e atualmente coordenador da Assessoria Jurídica da Corregedoria. Afirmou que a atividade dos agentes de proteção é muito similar à de polícia, e que eles não podem trabalhar em vulnerabilidade, necessitando de suporte e proteção. Colocou-se à disposição para atuar como advogado dos agentes em seu pleito, que considerou extremamente justo.

Elogiou o depoimento da Sr.^a Sara Cristina, classificando seu trabalho como polícia comunitária. Concordou com o Sr. Deputado Robinson Almeida sobre a aflição causada pelas facções criminosas e a necessidade

de resolver a questão do consumo de drogas. No entanto, sua concepção atual é que o consumo é complicado, e que o principal problema no Brasil, diferente de nações europeias e dos EUA (com consumo similar, mas baixos índices de CVLI - Crimes Violentos Letais e Intencionais), é o controle territorial exercido pelas facções. Sugeriu que trabalhar para impedir esse controle territorial seria um bom caminho para reverter o quadro de violência. Em resposta a uma pergunta sobre Processo Administrativo Disciplinar (PAD), o Dr. Gilson esclareceu que o PAD é regulado por leis específicas para servidores públicos (efetivos e comissionados) e não se aplica a agentes de proteção, pois estes não são nomeados nem remunerados. Afirmou ser, entretanto, possível haver apuração sumária, investigação preliminar ou inquérito policial em caso de infração. Mencionou o recolhimento da carteira como algo pior que um PAD.

Gabriel Barros Gomes – Diretor Adjunto da Delegacia do Adolescente Infrator – DAI

Compartilhou a visão do Dr. Gilson Prata sobre a polícia comunitária, afirmando que os agentes de proteção atuam lado a lado com a Polícia Civil, representando essa polícia comunitária. Destacou que os agentes estão no campo, trazendo a realidade para o Poder Judiciário e ajudando crianças e adolescentes. Observou que, atualmente, adolescentes e crianças são frequentemente utilizados como mão de obra pelo tráfico de drogas, uma realidade que a Delegacia do Adolescente Infrator percebe constantemente. Enfatizou a importância dos agentes para combater essa situação, pois eles trazem um pleito legítimo que merece valorização para impedir a redução dos índices de tráfico e o uso de adolescentes. Reconheceu que os agentes sofrem riscos ao atuar nesses ambientes de

vulnerabilidade. Concluiu que a Polícia Civil, representada por ele, está ao lado dos agentes em seu pleito, parabenizando a iniciativa da audiência e colocando-se à disposição.

Nilton Roberto Martins Cabral Guimarães – Diretor de Pesquisas Socioeconômicas da Secretaria da Agerba

Agradeceu o convite do Sr. Deputado Robinson Almeida e colocou-se à disposição para contribuir com informações pertinentes à Agerba. Ressaltou a importância da valorização da infância e juventude como forma de mitigar a criminalidade futura, enfatizando que o estado precisa priorizar essa questão.

Em relação ao pleito de passe livre intermunicipal para os agentes, o Diretor informou que participou de uma reunião na Secretaria de Relações Institucionais (Serin) em 20 de maio, onde a pauta era a viabilidade dessa concessão. Explicou os requisitos legais para que a Agerba possa atuar: necessidade de previsão legal, cuja iniciativa compete privativamente ao Poder Judiciário (Art. 96 da Constituição); após a lei, seria necessário um decreto executivo regulamentando-a, e só então a Agerba poderia promover uma resolução para regulamentar o processo de transporte rodoviário e hidroviário. A respeito do metrô, o diretor esclareceu que o pleito foi dirigido à Sedu, e que a orientação foi a criação de um novo cartão, compatível com a integração, a ser emitido pelo Tribunal de Justiça. Reiterou que a Agerba não pode agir de ofício e precisa ser provocada formalmente, sugerindo a abertura de um processo administrativo (SEI) com o decreto legislativo que autoriza a gratuidade, para que a agência possa se manifestar. Concluiu que a concessão do passe livre intermunicipal é uma das pautas da valorização dos agentes,

pois sem essa possibilidade, eles ficam impossibilitados de cumprir seu múnus público.

PLENÁRIA

Adailton Agra - Professor, Psicopedagogo Clínico, Mediador Judicial

Enfatizou que a melhor valorização é a presença dos agentes nas ruas, atuando e articulando com o sistema de garantia de direitos. Destacou a importância de incluir o agente de proteção na rede de proteção, sobre a

qual, segundo ele, não se fala. Detalhou as atribuições dos agentes, como a investigação da conduta dos pais e a vigilância de crianças em logradouros públicos durante a madrugada, e a necessidade de portarias em todas as comarcas para disciplinar a presença de crianças e adolescentes. Solicitou à Corregedoria Geral que recomende aos juízes a criação urgente dessas portarias e a formação de quadros de agentes qualificados. Sugeriu a criação de um núcleo de monitoramento, qualificação e organização dos quadros de agentes na corregedoria, especialmente para o interior, que está carente. Mencionou resoluções do CNJ que exigem a presença de agentes em atividades artísticas e a importância de sua atuação na prevenção. Argumentou que as infrações administrativas deveriam ser fiscalizadas pelos agentes, não pelos conselheiros tutelares, e que os agentes deveriam ter prerrogativa de atuação. Criticou a falta de fiscalização em eventos ilegais e a presença de crianças em ambientes inadequados. Em relação ao voluntariado, o destacou que, embora os agentes sejam voluntários, precisam de planejamento e ressarcimento de despesas, citando o exemplo de Lauro de Freitas. Enfatizou a necessidade de relatórios de atividades para diagnóstico e solicitação de recursos. Mencionou o Artigo 3º do ECA sobre oportunidades e facilidades para crianças e adolescentes, e sugeriu um termo de cooperação técnica entre a Agerba e os agentes para o transporte. Alertou para a necessidade de retomar os postos de fiscalização em rodoviárias e aeroportos para combater o tráfico de crianças e adolescentes. Ressaltou a importância do provimento conjunto para estabelecer regras e sua aplicação, e a necessidade de organização dos quadros de agentes em todo o estado. Criticou a atribuição de funções do ECA (Art. 136) aos conselheiros tutelares, quando deveriam ser dos agentes. Concluiu que a valorização do agente de proteção é valorizar a vida através da prevenção. Pediu ao Sr. Deputado Robinson

Almeida que encaminhe uma nova recomendação ao presidente do Tribunal de Justiça para que todas as comarcas tenham agentes e que os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) criem planos municipais de proteção, conforme a Resolução 277 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Lindinalva Santos (Nalvinha) - Conselheira Tutelar de Salvador

Parabenizou o evento e o Deputado Robinson Almeida, a quem chamou de deputado e amigo, inclusive do Conselho Tutelar de Salvador. Expressou solidariedade à causa dos agentes de proteção, mencionando que o próprio Conselho Tutelar também já solicitou uma audiência pública devido a diversas demandas e entraves profissionais, que serão abordados em outra oportunidade. Ressaltou o Artigo 4º do ECA, que estabelece ser dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público, com absoluta prioridade, preservar os direitos humanos de crianças e adolescentes (alimentação, saúde, educação, etc.). Concluiu que a proteção da criança e do adolescente é um assunto de todos.

Elias Almeida - Agente da Comarca de Castro Alves

Expressou fé de que tudo vai dar certo, apesar das dificuldades e do fechamento de algumas comarcas. Compartilhou sua experiência como conselheiro tutelar, reconhecendo as demandas e dificuldades de parceria entre conselhos e agentes. Enfatizou a importância de união e acordo para melhorar a situação e garantir os direitos e a valorização dos agentes. Agradeceu o apoio do prefeito de Castro Alves, reforçando que todos devem fazer sua parte. Concluiu sua fala com uma mensagem de amor e crença na melhoria, afirmando que os agentes não estão pedindo, mas acreditando que as coisas vão melhorar.

Jorge Luiz - Agente de Proteção Aposentado

Enfatizou a necessidade de respaldo e fortalecimento da categoria. Relatou a infiltração do tráfico de drogas nas escolas e a falta de estrutura familiar para educar as crianças, tornando a escola e a comunidade responsáveis por esse papel. Mencionou ter visto muitos jovens irem embora devido ao tráfico. Destacou a gratificação de ver o sorriso de uma criança e o desejo de sair da vida do crime, mas a falta de apoio institucional impede que os agentes façam mais. Pediu que todos os presentes tenham consciência da grandeza do trabalho de comissário. Lamentou a falta de respaldo, alimentação ou ajuda de custo para os voluntários ao longo dos anos, embora reconheça que a situação está melhorando. Expressou emoção ao falar, reiterando seu desejo de ver os jovens crescendo e evoluindo. Concluiu agradecendo aos colegas e à Mesa, com a certeza de que a audiência trará resultados positivos.

Wellington - Participação popular

Relatou sua trajetória desde 1990, quando saía de casa às 4h30 da manhã para coordenar 125 comissários em escolas de Simões Filho, onde a violência era alta. Graças ao trabalho conjunto com o prefeito Eduardo Alencar, conseguiram reduzir a taxa de violência em 85%, com agentes fiscalizando escolas e ônibus. Mencionou as dificuldades logísticas, usando seu carro particular e pagando R\$1,00 (hum real) para almoçar na casa de passagem. Destacou um trabalho gratificante onde multas eram convertidas em cestas básicas para famílias carentes, ajudando crianças em dificuldade financeira. Mostrou fotos de armas (revólveres, escopetas) apreendidas em escolas, resultado do trabalho dos agentes em parceria com a Polícia Federal. Enfatizou que nunca receberam nada em troca,

trabalhando por amor, não por dinheiro. Relatou um incidente recente na Linha Verde, onde foi parado pela polícia militar e, ao se identificar como agente voluntário, foi chamado de "voluntariozinho" e multado, o que o deixou "engasgado" com a discriminação. Pediu ao Sr. Deputado Robinson Almeida que interceda junto à polícia militar para combater essa atitude. Concluiu com um apelo à União e à luta pela vitória da categoria.

Renata Matos - Participação Popular

Expressou satisfação com a audiência pela valorização dos agentes. Relatou sua experiência de 16 anos na 2ª Vara e atualmente na 4ª Vara, onde há muito trabalho, mas ainda falta valorização e oportunidades para se desenvolverem em atividades externas. Mencionou estar nervoso devido a um acontecimento na Fundac, onde trabalhou desde 1993 como socioeducador. Relatou que não compactuava com agressões físicas e psicológicas a educandos privados de liberdade, e que, ao se opor, o sistema o cercou. Mencionou ter sido demitido injustamente e, mesmo após ser reintegrado, continuou a ver absurdos e a não ter acolhimento dos órgãos competentes, incluindo a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, à qual a Fundac é ligada. Expressou vergonha pela situação e a falta de apoio, inclusive de colegas. Enfatizou a necessidade de mais fiscalização e respeito aos agentes, que muitas vezes são humilhados e desacatados por visitantes e até por colegas de trabalho. Destacou a boa relação com a Delegacia da Ideca. Pediu que os poderes públicos tomem uma atitude diante dessas situações. Concluiu que os agentes de proteção vêm sofrendo há muitos anos e precisam de um olhar mais diferenciado e que a nova gestão da justiça traga a valorização e os direitos que lhes são devidos.

Rodrigo Uzeda - Participação Popular

Solicitou que a Assembleia Legislativa buscasse uma premiação, mérito, honra ou medalha para os agentes de proteção, a quem chamou de heróis anônimos, com 30 a 35 anos de serviço voluntário. Enfatizou que é impossível não reconhecer tantas histórias e que esses são os verdadeiros heróis, em contraste com a cultura de cultuar dançarinos e TikTokers. Pediu uma salva de palmas para os agentes. Pediu ao representante da Corregedoria Geral de Justiça que tentasse, junto à presidência do tribunal, conseguir o tíquete-alimentação para os agentes. Mencionou que, em alguns carnavais, conseguiram alguma alimentação, mas que é fundamental dar dignidade aos agentes, garantindo pelo menos transporte e alimentação, haja vista que não é trabalho escravo, e a lei do voluntariado não impede esses benefícios. Por fim, afirmou que o tribunal, com sua boa arrecadação, seria sensível a esse pedido.

Moisés Santos – Agente de Proteção da Comarca de Simões Filho

Agradeceu a Deus, à Mesa, ao Sr. Deputado Robinson Almeida, a Fred Saraiva e ao Dr. Walter Ribeiro Costa Júnior. Enfatizou a busca pela valorização dos agentes, que estão no anonimato e precisam ser reconhecidos pelo Tribunal de Justiça. Sugeriu a criação de um grupo de trabalho para buscar aqueles que não reconhecem o trabalho dos agentes. Reiterou a questão do transporte, relatando que agentes são desrespeitados ao tentar usar a gratuidade, enquanto outros perfis mencionados são aceitos sem questionamentos. Demandou o passe livre com o máximo de brevidade para que possam se deslocar para onde for necessário no trabalho voluntário. Expressou a esperança de que o termo “voluntário” seja retirado da identificação dos agentes. Agradeceu a Fred Saraiva e Samuel Santos pela luta incansável, bem como ao Sr. Deputado

Robinson Almeida por ser o único a para a categoria, concluindo a importância da união para fortalecer a categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deputado Robinson Almeida – Presidente da CCJ e Proponente da Audiência Pública

Após as falas dos representantes da categoria, o proponente fez uma reflexão sobre as causas do consumo de drogas e da violência contra crianças e adolescentes, atribuindo-as a problemas sistêmicos da sociedade, como o racismo, o machismo e a herança da escravidão. Enfatizou que os agentes trabalham com as consequências, enquanto é preciso cuidar das causas. Destacou a importância da missão dos agentes, que se identificam com a causa e não perdem a indignação diante da violência. Afirmou que quem ocupa funções públicas deve manter a sensibilidade social e o coração generoso. Ao final da audiência,

o Deputado Robinson Almeida agradeceu a presença de todos, especialmente a Fred Saraiva por sua obstinação na organização do evento. Afirmou que as questões levantadas seriam encaminhadas e que seu mandato se comprometeria de forma mais intensa a ajudar os agentes. Enfatizou que compreendeu a causa e a necessidade de apoio institucional. Concluiu que o trabalho voluntário dos agentes é nobre e ultrapassa a relação de vínculo ou capital e trabalho, sendo uma dimensão de amor ao próximo que move a vida.

ENCAMINHAMENTOS

A audiência pública revelou a importância crucial dos agentes de proteção da infância e juventude, bem como os desafios estruturais e a necessidade urgente de valorização e reconhecimento. As discussões e depoimentos levaram aos seguintes encaminhamentos e considerações:

1. Gratuidade no Sistema de Transporte: O Sr. Deputado Robinson Almeida se comprometeu a oficializar a Agerba, solicitando uma análise e manifestação sobre o Decreto 23.402/73, que, segundo informações apresentadas, poderia fundamentar a gratuidade no transporte intermunicipal. A questão da integração do metrô, que envolve a emissão de um novo cartão compatível, será direcionada ao Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) e à Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedu).

2. Honraria e Reconhecimento: O Sr. Deputado Robinson Almeida se comprometeu a realizar uma sessão especial na Assembleia Legislativa para homenagear os agentes de proteção. A Sr.^a Deputada Fátima Nunes sugeriu a elaboração de uma moção de aplausos em nome da associação, que circulará nas redes sociais e será enviada a organismos de apoio.
3. Criação de Frente Parlamentar: O Sr. Deputado Robinson Almeida, com o apoio da Sr.^a Deputada Fátima Nunes, se comprometeu a trabalhar para sensibilizar 21 parlamentares (um terço da casa) para a criação de uma Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente e dos Agentes de Proteção.
4. Criação de Grupo de Trabalho (GT): Será criado um Grupo de Trabalho para dar continuidade às discussões e encaminhamentos das demandas. Este GT contará com a participação do TJBA (incluindo a 1ª Vara da Infância e Juventude e a Corregedoria Geral de Justiça), da Assembleia Legislativa, das Defensorias Públicas e de representantes da categoria dos agentes. O Dr. Walter Ribeiro expressou concordância em sediar reuniões pontuais na 1ª Vara. A Corregedoria Geral de Justiça foi notificada para reforçar o pedido de criação de um organismo institucional para tratar das demandas dos agentes.
5. Projeto de Lei para o Dia Estadual do Agente de Proteção: O Sr. Deputado Robinson Almeida se comprometeu a apresentar um projeto de lei na Assembleia Legislativa para instituir o dia 20 de maio como o Dia Estadual do Agente de Proteção na Bahia.
6. Emenda Parlamentar para Qualificação: O Sr. Deputado Robinson Almeida se comprometeu a aportar emendas parlamentares para a qualificação dos agentes, condicionando a execução à existência de programas ou ações governamentais na Secretaria do Trabalho, Emprego,

Renda e Esporte (Setre) ou órgão similar que possam absorver esses recursos para a contratação de cursos.

7. Manifesto/Carta de Apoio: O Sr. Deputado Robinson Almeida se comprometeu a elaborar e divulgar um manifesto ou carta de apoio ao trabalho dos agentes, buscando um expediente adequado para sua publicização, possivelmente um pronunciamento no plenário após o recesso parlamentar em agosto.

8. Tíquete-Alimentação: A questão do tíquete-alimentação será tratada no âmbito do Grupo de Trabalho, com o objetivo de sensibilizar o Tribunal de Justiça da Bahia a incluir essa despesa em sua proposta orçamentária para o ano de 2027. A Assembleia Legislativa, responsável pela aprovação do orçamento, absorverá o item caso venha contemplado na peça orçamentária do Judiciário, utilizando, se necessário, a fonte de custeio 121 do TJBA.

9. Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e "Toma Carteira" (TC): O Dr. Gilson Prata esclareceu que o PAD não se aplica a agentes de proteção voluntários, pois não são servidores efetivos ou comissionados. A prática de "toma da carteira" foi reconhecida como uma forma de sanção informal.

10. Exclusão do Termo "Voluntário" da Carteira de Identificação: Foi mencionada a intenção de que as novas carteiras de identificação dos agentes sejam emitidas em acrílico, com QR Code e sem o termo "voluntário", visando a valorização e o respeito à função.

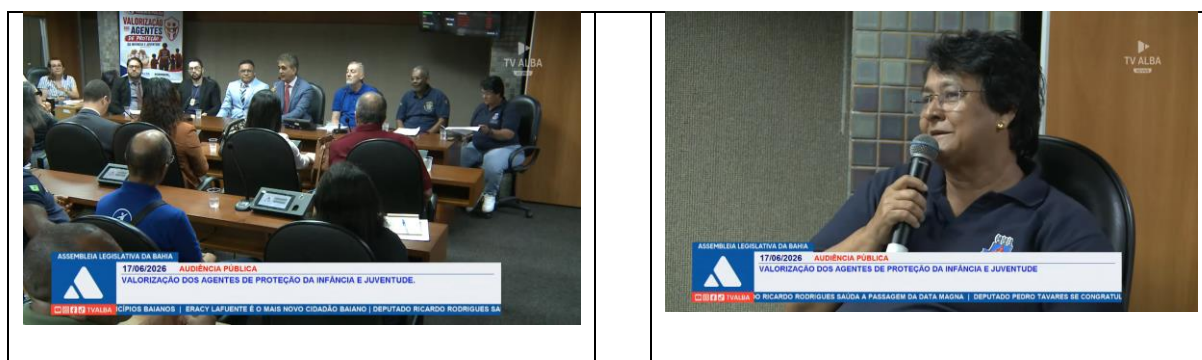
11. Recomendação para Portarias nas Comarcas: A sugestão de que a Corregedoria Geral de Justiça recomende aos juízes das comarcas a criação de portarias para disciplinar a presença de crianças e adolescentes

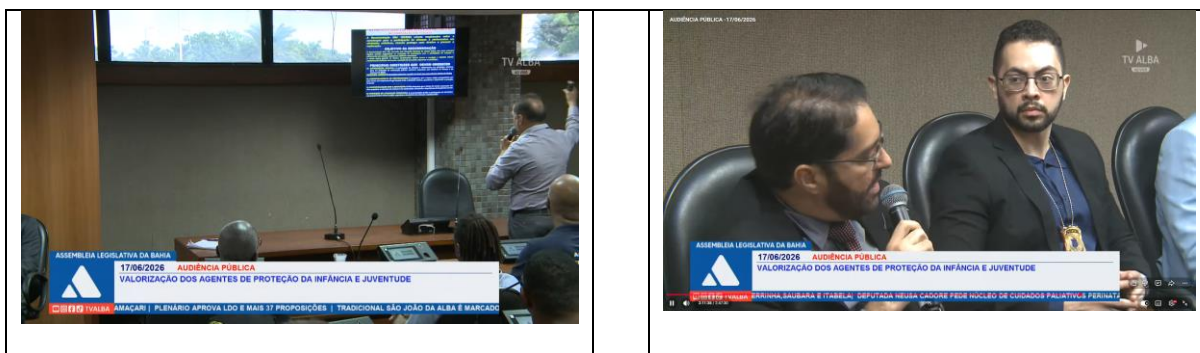
em logradouros públicos e a organização de quadros de agentes qualificados será incluída no relatório a ser encaminhado ao TJBA.

12. Plano Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente: Ficou apontada a necessidade de os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) criarem planos municipais de proteção para grandes eventos, conforme a Resolução 277 do CONANDA, será destacada.

ANEXO I

Galeria de fotos





ANEXO II

Link para o vídeo da audiência pública:

<https://www.youtube.com/live/MTqwdwBveu4>